



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART MARCOS FELIPE AVELINO DA CUNHA

**A IMPORTÂNCIA DA DEFESA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL: A
IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA E SUA ATUAÇÃO
NO CENÁRIO NACIONAL**

**Rio de Janeiro
2020**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART MARCOS FELIPE AVELINO DA CUNHA

**A IMPORTÂNCIA DA DEFESA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL: A
IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA E SUA ATUAÇÃO NO
CENÁRIO NACIONAL**

Trabalho acadêmico apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito para a especialização
em Ciências Militares com ênfase em
Gestão Operacional.

**Rio de Janeiro
2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMii
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Cap Art MARCOS FELIPE AVELINO DA CUNHA

**Título: A IMPORTÂNCIA DA DEFESA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL:
A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA E A ATUAÇÃO
NO CENÁRIO NACIONAL**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
RENATO MACEDO BIONE DA SILVA - Maj Cmt Curso e Presidente da Comissão	
BRUNO COELHO PEREIRA- Cap 1º Membro	
CARLOS EDUARDO DA SILVA LOURENÇO - Maj 2º Membro e Orientador	

MARCOS FELIPE AVELINO DA CUNHA – Cap
Aluno

A IMPORTÂNCIA DA DEFESA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA E SUA ATUAÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL

Marcos Felipe Avelino da Cunha*
Carlos Eduardo da Silva Lourenço**

RESUMO:

Neste artigo, o objetivo é investigar a criação do Ministério da Defesa (MD) e sua atuação no cenário nacional. Desse modo, o problema de pesquisa é compreender no contexto da criação do MD como a junção das três Forças Armadas em um único Ministério contribuiu para a melhoria da atuação das FA e quais os reflexos para a gerência das Forças Armadas? Como é a sua organização, e de que forma o MD coordena as atividades desenvolvidas por essas Forças. Assim, através da pesquisa exploratória e documental, analisamos os principais documentos produzidos, sendo possível encontrarmos a data de sua criação e as possíveis consequências para a junção das três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica). Foi possível chegarmos à conclusão que a criação do Ministério da Defesa foi de grande valia para as três Forças, possibilitando uma maior integração entre as Forças Armadas brasileiras.

Palavras-chave: MD. Forças Armadas. Defesa Nacional.

Abstract:

In this article, the objective is to investigate the creation of the Ministry of Defense (MD) and its performance on the national scene. Therefore, the research problem is to understand in the context of the creation of the MD how the combination of the three Armed Forces in a single Ministry contributed to the improvement of the FA's performance and what are the consequences for the management of the Armed Forces. How is your organization, and how does the MD coordinate the activities developed by these Forces. Accordingly, through exploratory and documentary research, we analyze the main documents produced, making it possible to find the date of its creation and the possible consequences for the joining of the three forces (Army, Navy and Air Force). It was possible to reach the conclusion that the creation of the Ministry of Defense was of great value for the three Forces, enabling a greater integration between the Brazilian Armed Forces

Key Words: MD. Armed Forces. National Defense

* Capitão da Arma de Artilharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2010.

** Major da Arma de Artilharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2006 Especialização em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2015.

1 INTRODUÇÃO

Ao olharmos a História do Brasil, veremos que o componente militar participou de diversos fatos importantes, por vezes sendo o protagonista das ações e auxiliou no desenvolvimento do país por meio de ações subsidiárias.

A Primeira vez que tivemos uma mentalidade de Defesa organizada foi no ano de 1649 na Batalha de Guararapes. A batalha foi um episódio da história do Brasil onde vários povos diferentes, liderados por Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros expulsaram os invasores holandeses do nordeste brasileiro. Pode-se dizer que nesse episódio teve início o pensamento de Defesa do Brasil.

Por sua vez, a primeira organização de Forças Armadas na história do Brasil foi no ano de 1815, com a criação do “Ministério da Guerra no Brasil” que enquadrava tropas regulares de Portugal, pois à época o Brasil ainda era colônia.

Mesmo após a Independência do Brasil, em 1822, o Ministério da Guerra seguiu enquadrando as Forças Singulares (Marinha e Exército, pois ainda não havia Força Aérea) da época até o ano de 1967, quando foram criados os Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Na segunda metade do Século XX temos a Segunda Guerra Mundial (2ª GM) como um ponto de inflexão nos conflitos bélicos do mundo, onde o emprego em conjunto da Marinha, Exército e Força Aérea, corretamente sincronizadas, tornaram-se fator determinante do êxito das operações.

Após a 2ª GM, grande parte dos países passaram a utilizar um Comando único para as suas forças singulares e as alianças vencedoras da guerra se consolidaram ainda mais, passando a utilizar conceitos de segurança cooperativa, como podemos observar na citação abaixo:

Entende-se então que a segurança coletiva - tendo uma relação íntima com a lógica vigente durante a Guerra Fria - é reativa em termos de ameaças e ataques externos e contempla medidas de solidariedade e resposta coletiva para seus membros, enquanto a segurança cooperativa segue uma lógica de prevenção de conflitos que enfoca o desenvolvimento institucional antes do surgimento de uma ameaça aos interesses nacionais racionais dos respectivos Estados. Por este motivo, um processo de cooperação em questões de Segurança e Defesa que visa a geração de um arcabouço institucional para evitar o surgimento de conflitos entre seus membros por ameaças externas - segurança cooperativa - está intimamente relacionado ao processo de geração de uma comunidade de segurança. Quanto mais desenvolvido for esse processo de cooperação, mais perto uma determinada região deve estar do estabelecimento de uma Comunidade de Segurança (pelo menos teoricamente) (MERINO, 2016, p.71, tradução nossa.)

Dessa forma, podemos observar que o Brasil a muito tempo considera os assuntos de Defesa muito importantes para a manutenção da sua soberania. Aliado a isso temos alguns pontos que amplificam essa necessidade. O Brasil é o quinto maior país em área do mundo, sendo o maior da América do Sul com cerca de 8 milhões de quilômetros quadrados de área com vastas riquezas de ordem vegetal e mineral, principal exportador mundial de grãos, detentor do aquífero do Guarani que possui grande parte da água potável do mundo, além desses atributos podemos citar outros:

O Brasil é um país de dimensões continentais. Possui a maior costa atlântica e, com cerca de 200 milhões de habitantes, tem a quinta maior população do planeta. É grande produtor de energia renovável e não renovável, de proteína animal e vegetal. Possui extensas reservas de água potável, enorme biodiversidade e vastos recursos minerais, combinados a um parque industrial que está entre os oito maiores e mais diversificados do mundo. As descobertas do pré-sal vêm se somar a esse potencial e estão levando o País a um novo patamar de reservas e produção de petróleo e gás natural, bem como à consolidação de sua capacidade tecnológica de lidar sustentavelmente com as riquezas disponíveis em sua vasta área marítima. (BRASIL, 2016, p.13)

Sendo um país com tamanhas riquezas, se faz necessário refletir e se preocupar com os assuntos de Defesa Nacional com vistas a preservação das riquezas naturais e preservação territorial.

1.1 PROBLEMA

No ano de 1999, com a Lei Complementar nº 97 de 9 de junho, foi criado o Ministério da Defesa com o objetivo de integrar as Forças Armadas (FA) e coordenar as atividades de maneira a cumprir as missões constitucionais, com maior eficiência maximizando as qualidades das Forças Singulares e reduzindo suas oportunidades de melhoria.

Neste contexto, cabe ao Ministério da Defesa, como órgão do Governo Federal, exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica. Uma de suas principais tarefas é o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País, caso da Política de Defesa Nacional. É ainda o principal articulador de ações que envolvam mais de uma Força Singular. O MD tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos, alguns dos quais de grande sensibilidade e complexidade, como, por exemplo, as operações militares; o orçamento de defesa; política e estratégia militares; e o serviço militar. (DÓREA, 2017, p.19)

Sendo assim, Dórea ratifica a finalidade do Ministério da Defesa (MD), sendo oportuno evidenciar sua relevância para a sociedade, pois a partir da sua criação pôde

haver uma maior integração das FA com a sociedade civil, uma vez que a chefia do ministério seria então de civis em conjunto com os militares.

[...] a reforma civil-militar impõe poucos custos à sociedade e produz amplos benefícios, como redução nos gastos militares, diminuição das violações aos direitos humanos e transferência para mãos privadas de empresas antes controladas por militares. (FUCILLE, 2006, p.20)

Fucille corrobora a ideia de que uma “reforma” dessa magnitude possui um potencial de sucesso e os riscos controlados, sendo uma evolução na forma de condução das FA do país.

Assim, chegamos ao seguinte problema: no contexto da criação do MD, como a criação desse Ministério contribuiu para a melhoria da atuação das FA e quais os reflexos para a gerência das Forças Singulares?

1.2 OBJETIVOS

A fim de determinar como se deu a criação do Ministério da Defesa e posteriormente sua atuação no cenário nacional, o presente estudo pretende analisar como foi criado o MD, inserido no contexto temporal relativo a época em estudo, e verificar quais foram os incrementos ou melhorias advindas com a criação desse órgão.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a. Descrever como ocorreu criação do Ministério da Defesa no contexto histórico nacional;
- b. Identificar como está organizado o MD dentro das suas capacidades e limitações;
- c. Citar as principais atividades coordenadas pelo MD;
- d. Reconhecer a importância da criação do MD para as FA.

1.1 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Para melhor entendermos e aprofundarmos nossa pesquisa, faz-se necessário que seja dada ênfase nos documentos oficiais que tratam do tema, tais como: a

Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

Além dos documentos oficiais, que dizem respeito a Defesa, também é necessário verificar estudos que abordam o tema, como Dórea (2018), Fuccille (2006), Amaral (2016) e Merino (2016) e também as leis que sancionam as normas da Defesa Nacional, tal como a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

A Defesa de uma nação é de responsabilidade de toda a sua sociedade, não cabendo somente as Forças Armadas, como aponta Doréa:

A Defesa Nacional não deve ser encarada como um tema exclusivo das FFAA, pois o seu alcance, no nível político, transcende o segmento militar e precisa atingir toda a sociedade brasileira. Há que existir uma corresponsabilidade civil-militar, pois cabe à sociedade definir o que deseja em relação à Defesa Nacional, arcando com os devidos custos, enquanto cabe às instituições militares, de posse dos recursos necessários, o planejamento e a execução da defesa. (2018, p.17)

Conforme podemos observar, cada segmento possui suas atribuições, sendo necessário fixar os objetivos deixando-os claros e bem definidos para realizar a defesa de toda a nossa, vasta, riqueza.

Observando os documentos que norteiam a política de Defesa Brasileira, é possível entender que se trata de um assunto de elevada relevância em face dos desafios que o país vem enfrentando nos últimos anos e atualmente, tais como, crises de segurança pública, recebimento de refugiados de países vizinhos, epidemias globais, entre outros.

Desta maneira, o objeto do presente estudo se reveste de importância porque ao analisarmos o contexto histórico da criação do MD, verificarmos sua estruturação e atuação, fruto dessa análise, é possível fazer um paralelo de como era organizada e como evoluiu a organização das políticas de Defesa do Brasil e por fim concluir o que foi agregado ou perdido após esse processo.

2 METODOLOGIA

Com a finalidade de obter ferramentas que permitam concluir a respeito da pertinência ou não do órgão em questão, a pesquisa se utilizou de uma leitura analítica dos documentos que tratam sobre o assunto.

Quanto a forma de abordagem, foi utilizada a abordagem da pesquisa qualitativa, para tanto foram utilizados dados bibliográficos e pesquisa de documentos

oficiais do MD para subsidiar a pesquisa.

Finalmente, para atingirmos o objetivo geral do trabalho utilizou-se a modalidade de pesquisa exploratória, que é utilizada quando o objeto pesquisado não é de total conhecimento do pesquisador e assim por meio da pesquisa, e utilizando uma relevante revisão de literatura, adquirir-se o conhecimento e concluir-se a respeito do tema trabalhado.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Procuramos embasar a pesquisa em alguns dos documentos legais que abordam o tema, sendo eles: a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Documentos esses considerados “[...] marcos históricos no sentido da afirmação e divulgação dos fundamentos e parâmetros da defesa.” (BRASIL, 2016).

A Política Nacional de Defesa é o documento que norteia as políticas de defesa estabelecendo objetivos e metas a serem alcançadas com vistas a fortalecer a Defesa Nacional em seu sentido mais amplo. A PND é voltada para a defesa externa e estabelece diretrizes para todas as forças singulares com foco para o preparo e emprego das três Forças.

Assim, a PND serve de instrumento orientador do Estado, “A PND fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012)

A pesquisa também utilizou como referência a Estratégia Nacional de Defesa (END). A END é um documento do mais alto escalão de Defesa que complementa a PND, de forma a materializar meios de colocar em prática as políticas estipuladas. Então o próprio documento se define assim: “Por sua vez, estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política. Em comum, os documentos pavimentam o caminho para a construção da Defesa que o Brasil almeja.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

Os dois documentos apresentados anteriormente se completam, um definindo as metas e o outro apontando como alcança-las.

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é um instrumento que dá publicidade as atividades de defesa no Brasil, tanto para a sociedade civil como para os demais países. É um documento que compila a Política de Defesa e a Estratégia de Defesa dando uma visão geral das Forças Armadas.

Foram utilizadas as palavras-chave Ministério, Defesa, História do Brasil, GLO, Ações do MD, juntamente com seus correlatos em inglês e espanhol, na base de dados RedeBIE, *Pergamum*, *Lilacs*, *SciELO*, em sítios eletrônicos de procura na internet, biblioteca de monografias da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e também trabalhos de conclusão de curso da Escola Superior de Guerra (ESG), sendo selecionados apenas os artigos em português, inglês e espanhol. O sistema de busca foi complementado por periódicos de defesa nacionais.

a. Critérios de inclusão:

- Estudos publicados em português, espanhol ou inglês, relacionados ao Ministério da Defesa, assuntos de Defesa;
- Estudos e matérias jornalísticas; e
- Estudos qualitativos sobre o orçamento empregado na Defesa.

b. Critérios de exclusão:

- Estudos que abordam somente como é feito os gastos públicos; e
- Estudos cujo foco central seja relacionado a defesa em um período histórico diferente do pesquisado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisarmos o problema proposto pelo trabalho é necessário verificar como ocorreu a criação do MD devemos observar seus antecedentes e a motivação que levou a sua criação. Um ponto inicial é termos o entendimento de que o MD não foi uma criação unilateral, ou fruto de um “desejo político” de apenas um parlamentar, mas sim fruto de uma necessidade estratégica do país.

Durante o século XX não havia um pensamento único entre as Forças Armadas (FA), cada uma buscava seus anseios e a resolução de suas demandas de forma descentralizada e por conta própria, cada FA possuía um Ministro de Estado que fazia a articulação dentro do governo com a finalidade de atender suas demandas.

O governo era organizado através de ministérios, como por exemplo o Ministério da Educação, o Ministério da Fazenda, sendo assim existia o Ministério do Exército, o da Marinha e o da Aeronáutica, cada um com seu Ministro – que era o Comandante da Força - e cada ministério possuía um orçamento para a execução das suas despesas, totalmente autônomos e descentralizados. Nessa época ainda não existia o MD.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi desenvolvido o conceito de operações conjuntas, fazendo uso de todas as Forças Singulares em conjunto para atingir um objetivo estratégico. Foram expoentes dessa forma de atuação os EUA e a Alemanha.

O Brasil participou da segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas e operou dentro do conceito das Operações Conjuntas. Dessa forma como reflexo com o retorno da Força Expedicionária Brasileira, as experiências vividas e o conhecimento adquirido durante o conflito evidenciaram uma grande fragilidade na Defesa Nacional ao ter os interesses das FA dissociados como afirma Dórea:

Terminada a II GM, com o cessar fogo em 2 de maio de 1945, o retorno de nosso contingente expedicionário foi iniciado. As experiências adquiridas deixaram um legado de orientações e procedimentos que passariam a ser praticados, particularmente pelos países vencedores. A utilização conjunta ou combinada das três Forças, bem como a coordenação entre elas era um exemplo desse legado. (2017, p.28)

Assim, as experiências ali vivenciadas demonstraram que seria interessante termos uma ação conjunta entre as forças, sendo elas a Marinha, o Exército e a Força Aérea.

Após essa experiência de conflito, em 1946 o Presidente Eurico Gaspar Dutra com a finalidade de juntar as FA sob um único comando criou o Estado Maior Geral – EMG - que durou 2 anos e mais tarde foi substituído pelo Estado Maior das Forças Armadas - EMFA - que encerrou suas atividades em 1969.

A partir de 1964, com os militares no governo, os assuntos de Defesa ganharam outros contornos e um peso maior na agenda governamental, porém na época como o governo era composto por militares o projeto de juntar as três forças sob o Comando de um único ministro civil, não fazia sentido.

Os assuntos relativos à unificação da Defesa voltaram à pauta governamental após o período dos governos militares, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, onde foi levada a discussão a criação de um ministério que unificaria as FA. Contudo, sem consenso entre os Ministros das Forças, a proposta não teve andamento e não foi efetivada.

Na década de 90, o Brasil passou por uma intensa crise econômica, com isso sem uma coordenação entre as FA o pensamento de Defesa e os objetivos traçados pelas Forças Singulares ficavam cada vez mais distantes de serem atingidos. “Essa

dicotomia permitiu que a pasta da Defesa assumisse objetivos diferentes dos interesses políticos nacionais.” (DÓREA, 2017)

Com o fim dos Governos Militares e a transição para os governos civis, a direção das FA seguiu caminhos diferentes e cada Força seguiu buscando atingir os seus objetivos e a resolução de suas demandas, dessa maneira, por vezes, se distanciando da realidade econômica vivida e sem muito êxito.

A título de comparação, o conceito de Forças Armadas reunidas sob um só comando, na década de 90 não era um conceito novo, sendo o Brasil o último país sul-americano a aprovar essa criação (FUCILLE, 2006). No campo político as Forças Armadas separadas em Ministérios causam uma diminuição da capacidade de articulação, pois, por vezes as Forças Armadas têm pensamento divergentes.

Seguindo a tendência sul-americana, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, durante seu segundo mandato, criou o Ministério da Defesa por meio da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

Assim, podemos observar que a mudança apesar de em um primeiro momento não ter sido apreciada como benéfica para o meio militar, pelos ministros das forças, após um período de dúvidas e debates, acabou sendo aprovada e foi possível perceber que ela traria mais melhorias para o setor.

3.1 COMO É ORGANIZADO O MINISTÉRIO DA DEFESA DESDE SUA CRIAÇÃO

O ano de 1999 foi um marco para as Forças Armadas, que por anos trabalharam de forma independente e após diversas tentativas da criação de uma gerência única que canalizasse todos os esforços e recursos em uma só direção, mas foi somente através da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que veio a sua criação e sua organização estrutural.

O MD era chefiado pelo Ministro de Estado da Defesa e ele possuía três secretarias, a saber: a Secretaria de Política, Estratégica e Assuntos Internacionais – SPEAI; a Secretaria de Logística e Mobilização – SELOM, e a Secretaria de Coordenação e Organização Institucional – SEORI. Essa estrutura foi vigente até o ano de 2010, onde foram realizadas algumas mudanças na estrutura organizacional do ministério, essas alterações ocorreram por meio da Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010.

Iremos observar no organograma abaixo, que está sob o Comando do Ministério da Defesa não somente as FA, mas também outros setores que são necessários para coordenar a realização das atividades designadas:

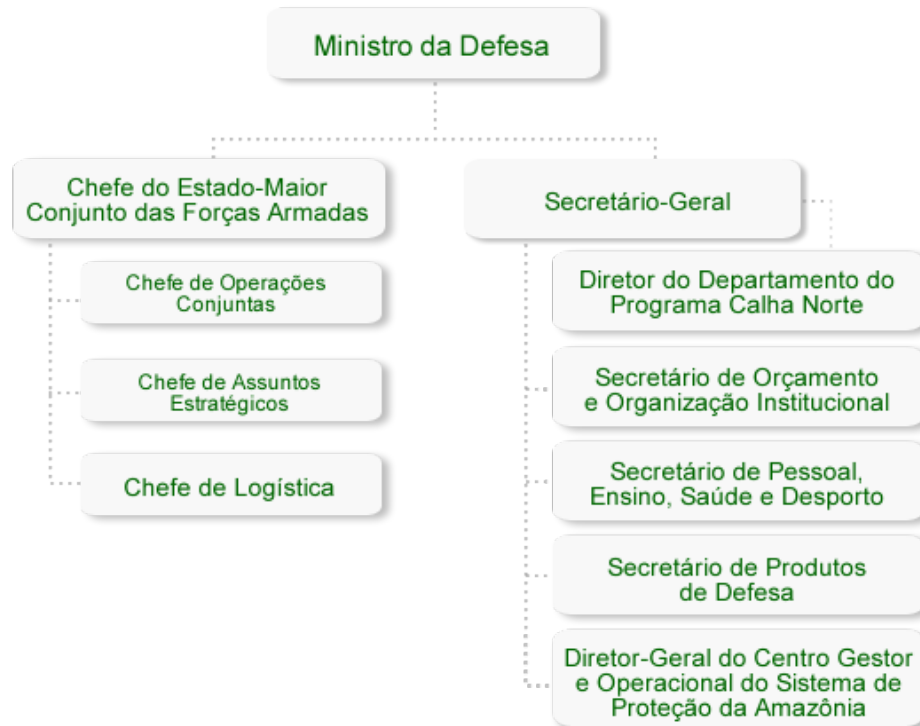


FIGURA 1 - Organograma atual simplificado do MD

Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020, s/p

Conforme podemos observar no organograma, além das FA também são abarcados pelo MD cinco grandes segmentos, sob o comando da Secretaria Geral, a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional; Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto; Secretaria de Produtos de Defesa; Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e o Departamento do Programa Calha Norte.

Assim o MD possui um amplo grupo de trabalho, buscando cumprir a sua missão de:

Coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2018, p.5)

Dessa forma, seguindo a sua visão de futuro, o MD segue buscando seu reconhecimento e executando as missões da melhor maneira possível a fim de se fazer presente na sociedade e ao mesmo tempo buscando aprimorar seu pessoal e também seu material.

Sendo assim, o Ministério da Defesa, desde sua criação, vem se constituindo como um importante fator no cenário nacional de forma a contribuir em diferentes setores.

3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO DA DEFESA

O Ministério da Defesa desde a sua criação possui duas vertentes de atuação, a atividade fim, que são as operações militares reais e exercícios, normalmente coordenadas pelo Estado Maior Conjunto das Forças Armadas – ENCFAs – e as atividades subsidiárias coordenadas pelas diversas secretarias subordinadas.

Utilizando um recorte temporal e como fonte os meios oficiais temos como primeira atividade de vulto coordenada pelo MD, os Jogos Mundiais Militares no ano de 2011.

A realização de grandes eventos no Brasil evidenciou a importância do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) na coordenação de operações conjuntas envolvendo a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. A primeira ação integrada desse porte aconteceu nos Jogos Mundiais Militares, realizados em 2011, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, o EMCFA liderou o plano de segurança das delegações estrangeiras que vieram ao país para participar da Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Em 2013, as Forças Singulares operaram conjuntamente nas seis cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA, atuando na defesa de estruturas estratégicas, do espaço aéreo e marítimo, na segurança cibernética, no controle de explosivos e na prevenção ao terrorismo. No mesmo ano, o Estado-Maior Conjunto coordenou a participação de militares das Forças Armadas no esquema de segurança da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), garantindo a integridade dos peregrinos e da comitiva do Papa Francisco, que, além do Rio de Janeiro, visitou a cidade de Aparecida (SP). (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020, s/p)

Conforme podemos verificar acima, o MD foi essencial para a execução e realização dos grandes eventos ocorridos, eventos que tiveram visibilidade mundial e ao final foram elogiados pelas atividades seguras e bem executadas.

No período também ocorreram atividades de Garantia da Lei e da Ordem, GLO, que devido ao seu vulto foram coordenadas pelo Ministério.

As FA foram essenciais nesse período, onde o país vivenciou uma fase de grande visibilidade e encontrou grandes desafios na área de segurança pública, onde foi necessária uma intervenção federal. Para tal foi necessário a utilização das Forças Armadas, com o objetivo de ilustrar a atuação das FA nas atividades de GLO nos últimos anos segue um gráfico com as quantidades na série histórica:

MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS
SUBCHEFIA DE OPERAÇÕES
SEÇÃO DE OPERAÇÕES COMPLEMENTARES
DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE GLO 1992 - 2020

ANO	QUANTIDADE
1992	2
1993	0
1994	3
1995	0
1996	5
1997	6
1998	6
1999	8
2000	11
2001	9
2002	2
2003	3
2004	9
2005	6
2006	7
2007	6
2008	1
2009	2
2010	5
2011	9
2012	6
2013	3
2014	8
2015	2
2016	4
2017	8
2018	5
2019	3
2020	3
TOTAL	142

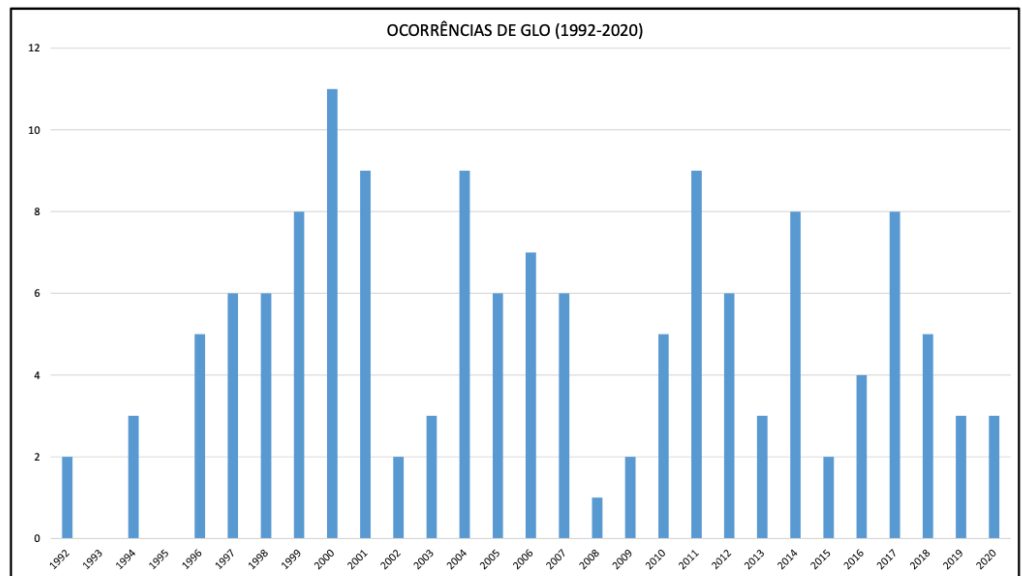


GRÁFICO 1 – Ocorrência de operações tipo GLO no período de 1992 até 2020
Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020, s/p

Conforme observamos no gráfico anterior, as operações são uma constata no cenário nacional o que evidencia a necessidade de se possuir FA prontas e atenta as necessidades do Estado e com uma coordenação eficiente para empregar de maneira eficiente todos os meios disponíveis.

Uma outra vertente do MD é a atuação nas ações subsidiárias, temos diversas atividades em curso concomitantes, iremos citar as mais importantes a começar com as atividades de aerolevamento “o conjunto das operações aéreas e/ou espaciais de medição, computação e registro de dados do terreno com o emprego de sensores e/ou equipamentos adequados, bem como a interpretação dos dados levantados ou sua tradução sob qualquer forma”. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020)

Além do aerolevamento que foi descrito anteriormente, o MD gerência atividades de cunho sociais como o Projeto Soldado Cidadão, Programa Calha Norte, Projeto Rondon e o Programa Forças No Esporte. Todos programas desenvolvidos nas diversas Unidades das FA por todo o território nacional. O MD é também responsável pelo programa de atletas de alto rendimento. As FA em parceria com outros Ministérios, incorporou alguns atletas Brasileiros as Forças Armadas, possibilitando que eles possam treinar e participar de competições em níveis mundiais

aproveitando as áreas militares para treinamento e projetar a imagem do Brasil por meio do esporte no exterior.

Dessa maneira o MD está presente em diversos setores da sociedade Brasileira, se fazendo presente e trabalhando ativamente, atuando tanto nas missões de apoio aos Grandes Eventos, nos Exercícios de Adestramento conjuntos, como nas Operações de GLO, sem deixar de lado o apoio ao Estado com programas sociais e projetos interministeriais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial deste trabalho foi trazer luz a um período tão importante da história das Forças Armadas e seguramente um ponto de inflexão do Emprego das FA como ferramenta de Estado. Para isso, através da leitura e posterior análise dos documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Defesa, subsidiada pelo aporte teórico dos autores, chegamos aos “achados da pesquisa”.

Nessa perspectiva, realizamos a pesquisa exploratória juntamente com uma bibliográfica, buscando identificar as orientações dos documentos oficiais e os estudos dos autores desse campo. Mesmo se tratando de um trabalho de cunho histórico, buscamos trazer pesquisas atuais de autores e websites para subsidiar o aporte teórico, afim de tornar a pesquisa com uma visão atual, tendo em vista o aumento da participação das FA nas atividades nacionais.

A pesquisa possibilitou estudarmos o período de criação e posterior desenvolvimento de um Ministério tão complexo como o da Defesa.

Os resultados indicam que a criação do MD foi um marco para as relações entre o componente Militar e o componente civil, pois foi a partir desse momento na história que é colocado um intermediário, civil e político, entre as FA e o seu Mandatário o Presidente da República.

Além disso, ao integrar as Forças houve um grande movimento de cooperação e estreitamento entre Marinha, Exército e Força Aérea, com a confecção de manuais centralizados, um aumento de operações e exercícios conjuntos.

Verificamos ainda que o MD atua em diversos campos maximizando todas as qualidades das Forças Armadas, buscando empregar de maneira eficaz e eficiente os recursos disponíveis e delegando as missões conforme a aptidão e a capacidade de

cada Força.

Conclui-se, portanto, após a análise dos componentes do trabalho, que a reforma realizada em 1999, na qual o Poder Executivo juntou os três ministérios em um só, o Ministério da Defesa, não foi uma reforma meramente administrativa. Teve por objetivo otimizar a condução das FA brasileiras e alinhar-se às doutrinas mais modernas vigentes à época. Dessa maneira, o MD passou a ser composto por militares das três Forças Armadas e civis, e a ser chefiado por um civil.

A reforma, do ponto de vista político, fez com que o Ministério ganhasse um peso maior nas decisões do Executivo agregando capital político, uma vez que o MD agora responde por todas as Forças Armadas do país.

Do ponto de vista econômico, a reforma também é benéfica pois “enxuga a máquina pública” e faz com que os projetos das forças sejam priorizados. Ao organizar os projetos estratégicos dentro de prioridades o recurso público passa a ser gasto com maior eficiência.

Assim, face aos aspectos levantados a criação do MD foi um importante passo para a modernização das FA brasileiras e apresentou diversos aspectos positivos que permite inferir que foi benéfica para o Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

Aerolevantamento. **Ministério da Defesa**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/aerolevantamento/aerolevantamento>> acessado em: 15/07/2020

AMARAL, Fábio Cardoso do. **A Criação do MD e a BID – Análise dos Impactos da Atuação do MD sobre a BID** / AFRFB Fábio Cardoso do Amaral – Rio de Janeiro: ESG, 2016.

Aprovadas em Plenário novas Política e Estratégia Nacional de Defesa. Fonte: **Agência Senado**. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/12/13/aprovadas-em-plenario-novas-politica-e-estrategia-nacional-de-defesa>> acessado em: 20/07/2020

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Edição Extra, 10 jun. 1999. Seção1, p. 1.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional Minuta**. Versão preliminar. Brasília, DF. 2016. Disponível em: <http://www.nee.cms.eb.mil.br/attachments/article/139/livro_branco_de_defesa_nacional_minuta.pdf> Acessado em: 02/05/2020

DÓREA ,Luis Henrique Cetrangolo. **A evolução histórica do Ministério da Defesa e as ações desenvolvidas para a conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa** — 2018. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/4011?mode=full>> Acessado em: 01/03/2020

Fuccille, Luís Alexandre **Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil** / Luís Alexandre Fuccille. – Campinas, SP: [s. n.], 2006.

Garantia da Lei e da Ordem. **Ministério da Defesa**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>> acessado em: 15/07/2020

Garantia da Lei e da Ordem. **Ministério da Defesa**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/3.tabelasa_gloa_graficoa_barrasa_maia_2020.pdf> acessado em: 15/07/2020

II. Estrutura organizacional. **Ministério da Defesa**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/ acesso-a-informacao/institucional-2/estrutura-organizacional>> acessado em: 15/07/2020

MERINO, Sebastián Koch. **Viabilidad del desarrollo de una Comunidad de Seguridad desde el Consejo de Defensa Suramericano** – 2016. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/ssa/v16n1/art04.pdf>> Acessado em: 01/03/2020

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Setorial de Defesa**. Brasília, 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 2012.

O Ministério da Defesa e a Sociedade no tema de Defesa Nacional Congresso Acadêmico – AFA – 27/08/2018. **Ministério da Defesa. Secretaria Geral**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/palestra_cadn_xi/xv_cadn/oa_ministerioa_daa_defesaa_ea_aa_sociedadea_noa_temaa_dea_defesaa_nacional.pdf> acessado em: 15/07/2020

Programa Atletas de Alto Rendimento. **Ministério da Defesa**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/esporte/programa-de-alto-rendimento>> acessado em: 15/07/2020

Segurança de grandes eventos. **Ministério da Defesa**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/grandes-eventos>> acessado em: 15/07/2020